

DITADURA

JK: comissão consultará família

Ministério dos Direitos Humanos resolve ouvir parentes do ex-presidente antes de decidir se reabre a apuração sobre a morte

» RENATO SOUZA

A Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, ligada ao Ministério dos Direitos Humanos, resolveu que, neste momento, não reabrirá as investigações sobre a morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek. O colegiado vai ouvir os familiares do fundador de Brasília antes de tomar uma decisão.

A postura adotada pela comissão representa um recuo, pois a expectativa era de reabertura da apuração. O atraso, que pode resultar em desistência do caso, provocou frustração em personalidades envolvidas na tentativa de elucidar o que de fato aconteceu em 1976, na Via Dutra, que ceifou a vida de um dos políticos mais populares da história brasileira.

Os integrantes da comissão entenderam que as famílias — de JK e do motorista do veículo, Geraldo Ribeiro — devem ser consultadas se desejam participar do processo de investigação.

“A possibilidade de rediscussão do caso em questão será dialogada com as famílias atingidas pelo fato e analisada à luz da legislação vigente no tema memória e verdade”, destaca um trecho da ata da reunião de ontem. Também afirma não haver prazo “para a análise de fatos que tenham repercussão histórica”.

O ex-vereador Gilberto Natalini, que presidiu a Comissão da Verdade Municipal de São Paulo, se disse frustrado com a decisão. Ele havia encaminhado ofício solicitando a reabertura do caso, tendo em vista evidências de que a colisão que resultou na morte de JK não foi um

Arquivo/Correio Braziliense



Ex-presidente Juscelino Kubitschek: as causas do acidente são consideradas controversas



É uma covardia histórica. Covardia que já ocorreu no governo Dilma e agora acontece de novo"

Gilberto Natalini,
ex-presidente da Comissão da Verdade Municipal de São Paulo

acidente. “É uma covardia histórica. Covardia que já ocorreu no governo Dilma e agora acontece de novo”, disparou.

Procurado para detalhar a decisão e explicar os votos, o Ministério dos Direitos Humanos não havia respondido aos questionamentos até o fechamento desta edição.

Suspeitas

A decisão de convocar uma reunião para discutir a reabertura do caso ocorreu após informações levantadas pelas comissões da Verdade de São Paulo e de

Minas Gerais. O colegiado se encontrou, nesta sexta-feira, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil no Recife.

Diligências feitas durante a ditadura militar avaliaram que a morte de JK foi uma fatalidade. A mesma conclusão teve a Comissão Nacional da Verdade, em 2014, e uma Comissão Externa da Câmara dos Deputados. Porém, novas informações indicam que pode ter ocorrido sabotagem mecânica, intoxicação do motorista do veículo em que estava o ex-presidente ou até mesmo um tiro disparado contra o condutor.

Supremo avalia ação sobre Paiva

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou, ontem, a favor da retomada de uma ação penal que apura as circunstâncias da morte do ex-deputado federal Rubens Paiva e de outras duas vítimas da ditadura militar. Relator do processo, protocolado em 2021, o magistrado destacou a “atualidade” e a importância da discussão do tema na sociedade.

Moraes votou para dar aos três casos a chamada repercussão geral. O mecanismo indica que a decisão tomada pelo tribunal deve ser uma “orientação” para processos semelhantes em instâncias inferiores da Justiça, como estaduais, federais e no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

“Os presentes casos tangenciam matéria de grande relevância para a pauta dos direitos humanos, permitindo que agora o Supremo Tribunal Federal avalie a questão a partir da perspectiva de casos concretos, com diferentes nuances. Portanto, na presente hipótese é patente a repercussão geral”, ressaltou.

As ações discutem se a Lei da Anistia, de 1979, deve ser aplicada nos casos de Rubens Paiva e das outras vítimas. Moraes apontou a importância da discussão do tema e citou exemplos de países vizinhos, como

Vítimas

Os corpos de Rubens Paiva e Mário Alves Vieira nunca foram encontrados. Os restos mortais de Helber José Gomes Goulart foram identificados no Cemitério de Perus, em São Paulo, em 1992.

Argentina e Chile, que também enfrentaram regimes ditatoriais e revisaram a legitimidade de anistias que beneficiaram “não apenas os punidos pela ordem ditatorial, mas também os agentes públicos que cometeram crimes comuns, a pretexto de combater os dissidentes”.

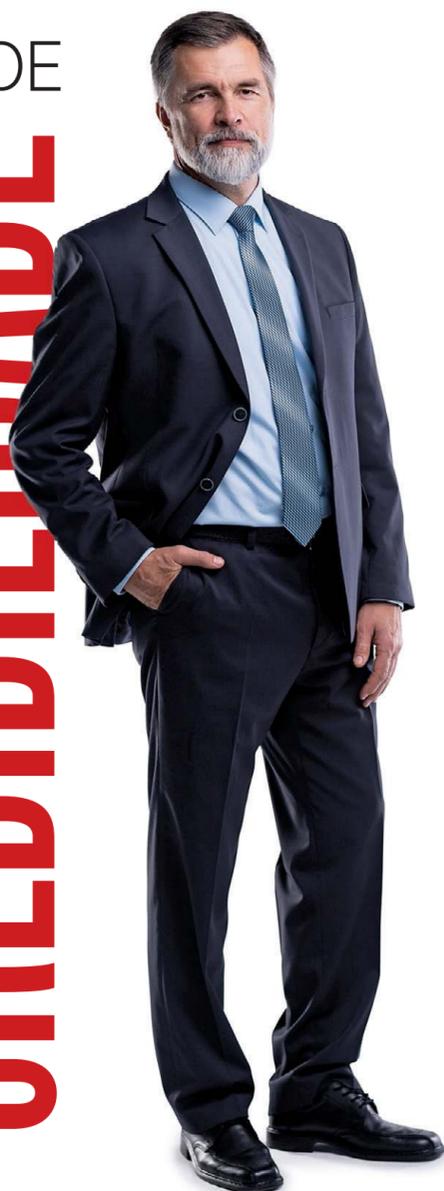
Desaparecimentos

O processo é julgado junto aos casos de outros dois desaparecidos: Mário Alves de Souza Vieira e Helber José Gomes Goulart. A análise começou, ontem, no plenário virtual da Corte e deve ser finalizada o dia 21. Até o fechamento desta edição, o entendimento de Moraes havia sido acompanhado pelo presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, e pelo ministro Luiz Fux.

O caso de Paiva voltou a ser analisado pelo STF após o lançamento do filme *Ainda estou aqui*, que narra a história de Eunice Paiva, viúva do ex-deputado Rubens Paiva. O longa-metragem teve reconhecimento nacional e internacional e concorre ao Oscar nas categorias melhor filme, melhor filme internacional e melhor atriz (Fernanda Torres).

50 ANOS DE

CREDIBILIDADE



4 QUARTOS NA ASA NORTE

Geraldo Estrela
113 NorteEM CONSTRUÇÃO
59% concluída

4 Quartos

162 a 167 m²
Até 3 vagas de garagem

Cob. Duplex

335 m²
3 vagas de garagem

LAZER COMPLETO NA COBERTURA

3326.2222
www.paulooctavio.com.br

CORRETORES DE PLANTÃO NO LOCAL
208/209 NORTE
Eixinho, ao lado do McDonald's

VISITE NOSSAS CENTRAIS DE VENDAS

ÁGUAS CLARAS
Rua 33 Sul Lote 7

NOROESTE
CLNW/2/3

GUARÁ II
Q1 23 Lote 5

SMAS
Trecho 3, Lote 7

50
PaulOOctavio
1975 | 2025